

## **A certeza democrática**

MJS

Apenas três dias após os trágicos atentados de Madrid, os espanhóis deram a mais importante lição a todo o mundo – incluindo àquele que já é democrático –, relembrando que o sistema democrático tem meios claros que permitem a expressão da vontade popular, que pelo voto se mudam governos e se mudam políticas.

Apenas três dias após os trágicos atentados de Madrid, os espanhóis deram a mais importante lição a todo o mundo – incluindo àquele que já é democrático –, relembrando que o sistema democrático tem meios claros que permitem a expressão da vontade popular, que pelo voto se mudam governos e se mudam políticas.

Tendo como pano de fundo os atentados de 11 de Março, a participação dos espanhóis no acto eleitoral é, antes de tudo, uma resposta exemplar aos que advogam a violência indiscriminada como forma de resolução de qualquer tipo de conflito ou de diferendo. A forte subida da participação eleitoral – passando dos 68% em 2000 para os actuais 77% – é simultaneamente um voto de protesto e uma reafirmação de crença nas virtudes do sistema democrático. Protesto contra o terrorismo e reafirmação de vontade dos espanhóis de não permitirem que o medo comande as suas vidas, mas também confiança nas instituições democráticas e no Estado de Direito – o que é especialmente relevante quando se assiste, em muitas democracias, a um aumento crescente dos níveis de abstenção, que pode levar, por vezes, a um questionamento relativamente à própria legitimidade dos órgãos eleitos.

Se uma diminuição significativa da abstenção já era esperada, no contexto mais vasto da reacção dos espanhóis aos atentados – que vinha, aliás, na sequência das gigantescas manifestações contra o terrorismo em que participaram, em toda a Espanha, 11 milhões de pessoas –, já os resultados, ou o impacto do 11 de Março nas opções de voto, eram imprevisíveis.

Até aí, a campanha não tinha gerado grande controvérsia e os resultados das sondagens apontavam para um vitória de Mariano Rajoy, o sucessor de José Maria Aznar à frente do PP, se bem que com maioria relativa. Em termos internos, nada apontava para outro cenário: a economia espanhola está com óptimos resultados, o cerco à ETA estava a produzir resultados e o PP passava uma imagem de grande determinação no combate ao terrorismo. A aparente tranquilidade da campanha não significa, no entanto, a ausência de fortíssimas críticas à actuação de Aznar, sobretudo no seu segundo (e último) mandato. Desde logo, a fractura clara entre o executivo e a esmagadora maioria dos espanhóis em relação ao apoio dado aos Estados Unidos na guerra do Iraque. Internamente, ainda está bem viva a desastrosa actuação governamental no caso Prestige, o petroleiro que se afundou na costa galega e provocou uma enorme maré negra – na Galiza, o PP perdeu quatro deputados, agora conquistados pelo PSOE. Por outro lado, o segundo mandato de Aznar viu aprofundarem-se as crispações entre o governo central e as autonomias, claramente traduzidas nos resultados das eleições regionais da Catalunha, no Outono de 2003.

A vitória do PSOE, surpreendente apesar de tudo, não pode deixar de ser vista como um voto de protesto com a forma como o governo geriu a divulgação da informação que foi obtendo relativamente à autoria dos atentados. A primeira reacção do governo espanhol, como aliás muito provavelmente da maioria dos cidadãos, foi considerar que era a ETA que estava na origem dos atentados. Esta tese tinha, na realidade, vários pontos credíveis: estava-se em vésperas de eleições e tinha sido recentemente interceptada uma grande quantidade de explosivos, que

apontavam para a preparação de um atentado em larga escala por parte da organização basca. A detenção de membros relevantes da organização e a ilegalização do seu braço político, por outro lado, poderiam ter conduzido a um reforço de uma ala radical, mais propensa a levar a cabo ataques indiscriminados contra civis – a exemplo do que aconteceu, por exemplo, na Irlanda do Norte, com o atentado de Omagha. Assim, mesmo não se enquadrando totalmente no padrão de actuação mais recente da ETA, é certo que não era possível, de forma alguma, eliminar essa hipótese à partida.

O desenrolar dos acontecimentos, no entanto, criou a sensação de que o governo espanhol estava a gerir cuidadosamente a informação tendo em vista o acto eleitoral. Partindo do pressuposto que a suposta autoria da ETA poderia beneficiar eleitoralmente o PP, por ter um discurso de grande firmeza e determinação no combate à organização basca, as informações relativas ao envolvimento de extremistas islâmicos, supostamente ligados à al-qaida, já só foram publicamente divulgadas pelo ministro do Interior, Ángel Acebes, sob a pressão de manifestantes reunidos em frente à sede do PP em Madrid, que exigiam saber a verdade. Outro elemento que aponta para a gestão desastrosa que o PP fez da crise foi a existência de uma carta da ministra dos Negócios Estrangeiros, Ana de Palácio, aos embaixadores espanhóis dando instruções para que a ETA continuasse a ser apontada como responsável.

A imagem que passou, assim, tanto para Espanha como para o resto do mundo, foi a de um partido a tentar, de alguma forma, capitalizar os efeitos de um devastador atentado terroristas. A resposta das urnas acabou por ser contundente, causando a derrota do PP e a vitória do PSOE, que certamente não esperaria tal resultado.

Que mudanças esperar do governo do PSOE? José Luís Zapatero declarou imediatamente, quando assumiu a vitória, que iria prosseguir o combate contra o terrorismo, no que será certamente uma das prioridades do seu governo. Em termos de política externa, o mais provável é que a Espanha se desvincule do forte alinhamento com os Estados Unidos, tão patente na guerra contra o Iraque. Afinal, essa decisão de José Maria Aznar não traduzia, de forma alguma, a existência prévia de um consenso espanhol, tanto na sociedade como nos meios políticos, relativamente a esta questão. Pelo contrário, acabou por ser uma clara ruptura em relação às orientações dominantes na política externa espanhola desde o final do regime de Franco. Nas suas primeiras declarações públicas o líder do PSOE e futuro presidente do executivo espanhol já afirmou que os soldados espanhóis se retirarão do Iraque se, até 30 de Junho, a soberania não for assumida pelos iraquianos ou se não houver um mandato da ONU.

Zapatero terá também que tentar recuperar o capital perdido por Madrid junto dos países mediterrânicos, nomeadamente em Marrocos. Na Europa, Zapatero irá também, muito provavelmente, retomar aquela que foi a orientação tradicional espanhola: uma país fortemente europeísta e defensor do aprofundamento da União Europeia, alinhando frequentemente com o eixo franco-alemão.

Finalmente, em termos internos, Zapatero terá que fazer alianças para governar – e com os partidos nacionalistas – seja com uma coligação formal ou através de acordos pontuais. Os catalães da CiU já manifestaram a sua disponibilidade, mas os resultados que obtiveram (10 deputados, contra os 15 de 2000) não chegam para a formação de uma maioria no Congresso. A outra força claramente vencedora foi a Esquerda Republicana catalã (ERC), que passou de 1 a 8 deputados, e que já expressou a sua vontade de contribuir para a formação de um governo espanhol de esquerda. Juntos, o PSOE, a Esquerda Unida (agora só com 5 deputados, quando em 2000 tinha 8) e o ERC somam 177 deputados, garantindo assim a maioria parlamentar. Neste contexto, ganha relevância uma questão interna cara aos partidos nacionalistas: a revisão constitucional e a clarificação do estatuto das autonomias.